



## DESVELANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES NA UTFPR<sup>1</sup>

Joyce Luciane Correia Muzi<sup>2</sup>

Nanci Stancki da Luz<sup>3</sup>

### *Introdução*

Quando se discute Ciência a partir de uma perspectiva de gênero, surgem algumas perguntas: as mulheres fazem Ciência na mesma proporção que os homens? Ainda existe ausência feminina em algumas áreas? Por que elas estão ausentes? A ausência reflete um processo de exclusão?

As mulheres historicamente tiveram uma baixa participação no desenvolvimento científico e tecnológico, entretanto a partir da organização das mulheres, particularmente a partir do movimento feminista, foi possível perceber uma reação à exclusão ou invisibilidade das mulheres na área, e também um questionamento de características da Ciência, dentre as quais a universalidade e a neutralidade.

Entendemos a Universidade como espaço privilegiado para a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Nessa perspectiva, este artigo discute brevemente a participação das mulheres na história de uma universidade federal – a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – pensando num resgate daquelas que contribuíram para a consolidação dessa Instituição e para o desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro.

A importância desse levantamento e da reflexão a respeito da atuação profissional das mulheres no ensino superior reside na possibilidade de visualizar avanços e retrocessos da participação feminina nos três pilares que sustentam a Instituição, considerando ainda que atualmente a composição discente do ensino superior é majoritariamente feminina, o que representa grande avanço na conquista dos direitos sociais das mulheres, dentre eles o direito à educação.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta dados parciais de minha pesquisa de Mestrado.

<sup>2</sup> Mestranda do curso de Pós-Graduação em Tecnologia, linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. joycemuzi@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. nancist@terra.com.br



### *De Escola de Aprendizizes a Universidade: a história não contada*

O ano de 2010 foi um marco na história da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pois a Instituição completou 100 anos. Em decorrência desse centenário, diversas publicações resgataram a história da UTFPR, entretanto houve pouco destaque para a participação das mulheres, podendo equivocadamente se concluir que elas não participaram dessa construção.

A dificuldade para resgatar a participação feminina em uma Instituição com cem anos de história está essencialmente em encontrar documentos que revelem ou que ao menos tenham tido a preocupação por registrar a atuação da mulher como docente. Para pensar essa história, consideramos o esforço real que possibilitou que as mulheres chegassem às salas de aula de uma Instituição de educação tecnológica. Tal acesso foi facilitado pela associação da escola como uma “extensão” do lar, ou seja, um lugar de cuidado e de socialização das crianças, atividade historicamente atribuída a elas. Essa participação possibilitou a construção da autonomia de inúmeras mulheres e da quebra de barreiras e preconceitos em relação à participação das mulheres na área científica e tecnológica, área em que nem sempre foi desejável a participação das mulheres, seja porque eram associadas a atributos masculinos, por questões de poder ou porque se negava às mulheres formação profissional para atuação na área.

A UTFPR desde o seu princípio, como *Escola de Aprendizizes Artífices* (1909), sempre se caracterizou pelo ensino profissional/industrial e, posteriormente, tecnológico/científico, e estas sendo atividades nas quais as mulheres estavam ausentes, entendemos como bastante difícil o acesso e a construção de uma carreira em uma Instituição assim caracterizada. Difícil também buscar os nomes e a contribuição das mulheres que participaram da história e da formação de milhares de alunos durante um século inteiro.

Num esforço por encontrar aquelas que participaram dessa história centenária, buscamos dados em documentos, fotos, informativos, para tentar recuperar e desvelar nomes de mulheres representativas e consideráveis para a Instituição. Como esta pesquisa está em andamento, reservamo-nos aqui a trazer somente os dados quantitativos.

Nossa fonte principal de pesquisa bibliográfica foi o Núcleo de Documentação Histórica, o Nudhi, que existe desde 1986, setor destinado a armazenar grande parte da documentação da Instituição. Como este setor foi criado ao final dos anos 80, era bastante previsível que não encontrássemos toda a documentação necessária relativa ao quadro de funcionários e funcionárias da Instituição, especialmente nos 50 primeiros anos de sua história. Com a pesquisa de campo descobrimos que nem toda a documentação da história da Instituição foi preservada, o que nos



deixou limitadas quanto à perspectiva e quantidade de dados disponíveis. Outro espaço que contribuiu em nossa busca para um primeiro levantamento de ordem quantitativa foi o Departamento de Recursos Humanos, no qual encontramos a relação de todas as funcionárias da Instituição no período que vai de 1979 até 1990 e de 1995 até os dias atuais. Pode-se perceber então que ficamos com um “buraco” que vai de 1965 a 1979 e outro de 1990 a 1995, devido a não termos encontrado registros nos setores de armazenamento de informações oficiais da Universidade. Ainda assim, com todo o material a que tivemos acesso, felizmente pudemos ter uma visão do que foi a realidade em relação à participação das mulheres.

A história oficial da UTFPR nos conta que seu início foi em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha cria nas capitais do país as *Escolas de Aprendizes Artífices*; na época o público alvo eram garotos de camadas menos favorecidas da sociedade, chamados em vários momentos de “desprovidos da sorte”. A foto 1, do primeiro quadro de servidores da Escola, ilustra perfeitamente como se concebia a instituição: o ensino de um ofício nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria para os meninos exigia um corpo docente especializado, logo, composto por homens, o que não significava que as mulheres não estavam lá. Em um relatório de 1910 a 1922 com a relação do quadro de servidores vemos que eram mulheres que ministravam as aulas no turno da manhã (turma com 45 alunos) para o chamado curso elementar, equivalente ao ensino primário – elas eram chamadas professoras do curso primário ou de instrução elementar; além disso encontramos ainda o registro de mulheres ministrando o curso de desenho no mesmo período. Durante esse período analisado, sete mulheres atuavam na *Escola*, àquela época instalada em edifício na Praça Carlos Gomes<sup>4</sup>, centro da cidade de Curitiba.

**Foto 1**



*Foto do primeiro quadro de servidores da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná por ocasião da visita de João Ludewitz, Inspetor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao estabelecimento.*

**Fonte:** arquivo Nudhi.

<sup>4</sup> O prédio existe até hoje, faz esquina com as ruas Pedro Ivo e Lourenço Pinto, e sedia atualmente a Secretaria de Estado de Obras Públicas, SEOP.



No período de 1923 a 1925 não temos nenhum relatório oficial, porém em alguns documentos são citados nomes de algumas das mesmas professoras do período anterior, o que nos leva a crer que não temos grande renovação ou aumento de pessoal do sexo feminino. No relatório de 1926 além da continuidade dos trabalhos das quatro professoras que atuaram nos anos iniciais da Escola, mais uma se junta ao grupo. Se em 1927 encontramos o mesmo quadro funcional feminino, em 1928 somente três professoras daquelas permaneciam e outras três se juntariam ao grupo; importante lembrar que durante todo este período estas professoras atuam somente no nível elementar de ensino. Este mesmo grupo atuará até o ano de 1931, quando uma professora nova chegará. No relatório do ano de 1934 temos uma nova professora, e em 1935 três. Outro dado importante que encontramos nos registros dessas três primeiras décadas de existência é em relação ao afastamento de várias professoras ou de uma mesma professora várias vezes. Quando isso ocorria, uma professora “interina” era contratada. Só no período relativo ao primeiro relatório (1910 a 1922) três professoras “interinas” foram chamadas para substituir uma mesma professora, e uma quarta para substituir alguém que não ficamos conhecendo.

Em 1936, por causa do número de alunos que crescia de forma considerável, a Escola vai para o local de onde nunca mais saíria – a Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen. O ensino que visava primordialmente à formação profissional levará a Escola ao estatuto de *Liceu Industrial do Paraná*, em 1937, tendo como grande avanço a instituição do ensino de 1º grau, atual ensino fundamental.

Segundo um relatório de 1938, nos anos de 1937-38 ingressaram como servidoras algumas mulheres com o cargo de “professora normal”. No ano seguinte, estas serão chamadas “normalistas de 1ª classe”.

**Foto 2**



**Fonte: Revista Labor, n. 1, abr. 1940. Arquivo Nudhi.**



A foto 2 é da reunião de confraternização que aconteceu em 30 de novembro de 1939, da Administração e corpo docente, para marcar o fim do ano letivo e os votos pela próspera direção de Lauro Wilhelm. Nela podemos perceber que um número considerável de mulheres trabalhava na Escola. Nas páginas seguintes da Revista Labor temos fotos de 4 professoras da Escola pelo fato de terem feito aniversário nos primeiros meses do ano. Nessas fotos encontramos palavras de grande estima por aquelas que se tornaram pessoas importantes para a formação dos alunos: “uma das mais dedicadas professoras dessa Escola”, “um dos mais destacados elementos do corpo docente desta Escola”, “brilhante professora desta Escola”, “uma das mais competentes professoras desta Escola”, fato que nos faz acreditar que elas tinham bom relacionamento e participação importante na Instituição.

O ano de 1942 foi determinante para mais uma transformação: a criação da rede federal de instituições de ensino industrial; com isso o Liceu passará a se chamar *Escola Técnica de Curitiba*. Com a mudança, o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos, demandando contratação de novos professores para atuar, no primeiro ciclo de ensino industrial básico, mestria e artesanal, e no segundo, de ensino técnico e pedagógico. Importante ressaltar que após o ano de 1942, temos um maior número de profissionais mulheres na escola, não sendo menos que 20; até aqui elas atuaram no ensino elementar, como professoras do curso primário ou até mesmo de desenho, nada além dessas possibilidades; além disso, elas recebiam “denominações” diferentes, mas sempre com o mesmo conjunto de atribuições – professora do curso primário, do curso elementar, de instrução primária e normalista.

No ano seguinte é dado início aos primeiros cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores, que proporcionará o ingresso de alunas meninas na instituição. Não só o número de funcionárias da docência aumenta, mas também podemos ver nos relatórios do período o nome de funcionárias de apoio/administrativas, como serventes, inspetoras e bibliotecária. Anterior a este período, encontramos registros de que a prestação de serviços como limpeza e lavanderia era feita por prestadoras de serviços autônomas; ofícios assinados pelos diretores autorizavam o pagamento desses serviços, sem geração de vínculo empregatício.

A média de entrada de mulheres como docente na década de 1940 foi de duas novas professoras por ano. Na década de 1950, especialmente no ano de 1954, o total de mulheres na Escola chegava ao número de 22.



O ano de 1946 foi marcado pela criação da Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI), fruto de um acordo Brasil/Estados Unidos, com o objetivo de formar professores para as áreas técnicas em todo o Brasil. O convênio durou 18 anos, sendo extinto no início da ditadura, e foi bastante criticado por causa dos resultados que não traziam vantagens a longo prazo para o nosso país. Os dados encontrados nos relatórios referentes à formação do Convênio não são seguros, já que ali se encontram nomes de professores de todas as Escolas Técnicas do Brasil; o que conseguimos levantar é que do total de nove professores da Escola Técnica de Curitiba capacitados durante o convênio, só uma era mulher. Já em relação aos funcionários do convênio, eram três as mulheres dos 14, exercendo as funções de secretária, auxiliar de tesouraria e operadora-auxiliar.

Em 1959 a Instituição será transformada em *Escola Técnica Federal do Paraná*, devido à unificação do ensino técnico a nível nacional. Além da manutenção de um número médio de funcionárias mulheres, temos a diversificação de funções: professoras atuando na chefia da área de corte e costura, em rendas e bordados, canto orfeônico<sup>5</sup>, desenho ornamental, educação doméstica, matemática e português. Duas observações a esse respeito: algumas dessas funções eram ocupadas por professoras chamadas “interinas”, que exerciam função naquele momento em substituição a outras funcionárias efetivas afastadas ou impossibilitadas; foi o caso da chefe de corte e costura e da professora de desenho ornamental. A outra observação é quanto à informação encontrada no relatório de 1960 de que a professora responsável por lecionar língua portuguesa era “chefe da cadeira de português”, algo bastante importante já que até então, ainda que elas tivessem a responsabilidade de ensinar a ler e a escrever desde o início da Instituição, a “chefia” era algo exclusivamente masculina.

No relatório de 1961, encontramos registrados 61 professores no total e desses, só 8 eram mulheres. Já o número de mulheres no total na Escola chegava a 27, entre professoras, funcionárias administrativas e de apoio. Nos dois anos seguintes, encontramos relatórios com o mesmo quadro de funcionários, sendo que em 1963 temos a entrada de outras três novas mulheres, sem a especificação de função. Em 1964, por outro lado, temos um aumento de funcionárias mulheres: o número chegou a 34, e o relatório desse ano está bastante completo, pois trás, além do nome e função, a data de nascimento e o ano de admissão na Escola. Neste relatório então encontramos as seguintes profissionais: Professora de Oficina Costura, de Canto, de Desenho Ornamental, de Artes Culinárias, de Português, Inspetora de alunos, Servente, Servente/Armazenista, Artífice de Corte e

---

<sup>5</sup> Diz respeito ao ensino de canto coral sem acompanhamento.



Costura, Bibliotecária, Auxiliar de Bibliotecária, Auxiliar de Escritório, Enfermeira, Secretária, Secretária bilíngue e Auxiliar técnica de Mecanização.

Desse momento em diante não encontramos mais nenhum relatório no Nudhi e partimos, então, para os registros do Departamento de Recursos Humanos, que só mantém guardados relatórios a partir de 1979, conforme supracitado. O quadro a seguir mostra a média de mulheres em relação ao universo do número de funcionários a partir de 79 até o início dos anos 90. Nele podemos ver uma constância na casa dos 27 e 28%, com o pico de 31% em 1990.

Número de mulheres na UTFPR - 1979 a 1990												
Ano	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
%	29%	25%	25%	27%	25%	27%	28%	28%	29%	*	*	31%
Valor absoluto	136	140	137	154	155	632	183	199	221	*	*	299

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios de Recolhimento do FGTS dos funcionários. Departamento de Recursos Humanos.

\* dados não disponíveis.

Na década de 70 temos dois episódios importantes na história da Escola, atrelados um ao outro: a implantação em 1974 do Centro de Engenharia de Operação, com a oferta dos primeiros cursos superiores de curta duração em Construção Civil e Elétrica, e a transformação da Escola em *Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná* (CEFET-PR), em 1978, quando passou a ofertar cursos de graduação plena. Nesse momento a Instituição começa a se destacar pela produção de pesquisa científica, que mais tarde ganhará ainda mais força com a criação dos Programas de Pós-Graduação, já nos anos 80.

Na década de 90, teremos a expansão do CEFET-PR para o interior do Paraná, onde há a implantação de unidades descentralizadas de ensino. Ainda nos anos 90 outra transformação marcará essa história: a partir do Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997 que regulamentava dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>6</sup> (LDB), a oferta dos cursos técnicos integrados ficou bastante restrita, pois havia previsão de que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este.” (art. 5º. Decreto 2.208/97), legislação que contribuiu para que a instituição implantasse o Ensino Médio e cursos superiores de Tecnologia e extinguisse os cursos técnicos integrados.

A esta altura, em relação ao corpo docente da instituição, temos o que Leszczynski caracterizou como “uma escola ‘masculina’ em suas áreas de excelência” (1996 apud SILVA, 2000,

<sup>6</sup> O Decreto regulamentava o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).



p. 102). Silva acrescenta que apesar de um aumento considerável no número de professoras mulheres no número de docentes, a concentração está em áreas de educação geral e em algumas áreas específicas de educação técnica. A exceção colocada pela autora é o que diz respeito ao corpo docente do Departamento de Desenho Industrial (Dadin), originado do Departamento de Decorações, que desde sua origem já tem um número maior de mulheres (SILVA, 2000).

Embora se possa pensar que a mudança de Centro Federal de Educação Tecnológica para Universidade tenha sido fácil, mesmo com toda a história e tradição do então CEFET-PR, foram sete anos até que o governo federal aprovasse como lei a transformação que ocorreu também devido ao projeto do governo federal de expansão do ensino superior no país. Em 7 de outubro de 2005 foi criada então a primeira Universidade Tecnológica do Brasil.

O ano de 2005 também foi bastante importante em relação à formação técnica e tecnológica, pois, após sete anos de extinto o ensino médio integrado à formação de nível técnico, o presidente Lula assinou o Decreto 5.154/2004 que recupera a possibilidade de oferta do ensino integrado – o aluno e a aluna voltam a ter a chance de fazer um só curso e ter um certificado de nível médio-técnico, ou seja, apto a exercer uma profissão.

Tendo se transformado oficialmente em Universidade, a UTFPR teve como grande preocupação dar continuidade a projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, tripé já garantido desde sua transformação em CEFET, nas décadas de 70 e 80.

A transformação então acaba por ocorrer a partir da junção de inúmeros esforços, que veem nessa transformação o “atestado” da qualidade e liderança da Escola ao longo da história da educação profissional-tecnológica. Fruto de esforços de várias pessoas, a transformação nada mais é que consequência de anos de dedicação ao ensino técnico e tecnológico; além disso, tínhamos muitos defensores de que a Instituição estaria apta a se tornar Universidade e contribuir para a implementação de uma rede de educação tecnológica, e enquanto tal, integrada, ampliando a pesquisa de maneira a contribuir para a inserção do país no cenário internacional, que enxerga a tecnologia como fator preponderante para a consolidação da pesquisa científico-tecnológica.

Atualmente com 11 campi, distribuídos nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e capital, a Instituição expande cada dia mais sua oferta de cursos e vagas para discentes, conseqüentemente, implica em aumento de vagas para funcionários, dentre eles mais professores e professoras, engajados na e para a continuidade dessa história. Vale destacar que a Instituição tem ampliado os cursos de licenciatura e bacharelados nas áreas de Matemática, Física,

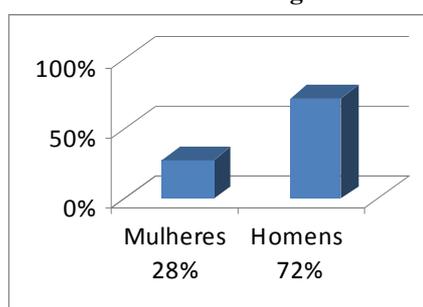


Química, Educação Física, Letras, Design, o que pode alterar a configuração de gênero do seu corpo docente. Nos 11 campi há a oferta de cursos de pós-graduação *latu e stricto sensu*, graduação, em todas as modalidades presenciais – tecnologia, engenharia, licenciatura e bacharelados, nível médio regular com cursos técnicos integrados e um técnico subsequente, além da oferta de nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Acrescentamos também que nos 11 campi temos 1.393 professores, sendo no total 602 mestres e 340 doutores, 647 técnicos-administrativos e mais de 16.000 alunos matriculados.

Os gráficos abaixo caracterizam especialmente o campus Curitiba atualmente:

**Percentual de docentes segundo sexo:**



Fonte: [www.utfpr.edu.br](http://www.utfpr.edu.br)

Por área do conhecimento, a distribuição fica da seguinte maneira:

As mulheres estão distribuídas:		Os homens estão distribuídos:	
Humanas	28%	Humanas	9%
Saúde/biológicas	7%	Saúde/biológicas	1%
Ciências "duras"	65%	Ciências "duras"	90%
<b>Total</b>	100%		100%

Fonte: [www.utfpr.edu.br](http://www.utfpr.edu.br)

Percebe-se que por se tratar de um campus em que dos 20 cursos de graduação ofertados atualmente 13 são em áreas de Engenharia e Tecnológicas (65%), a maioria dos professores são do sexo masculino e estes estão concentrados nas chamadas ciências “duras”, fato difícil de ser modificado considerando a longa tradição mantida pela Instituição.

### *Considerações finais*

As barreiras historicamente construídas somada à tradição da Ciência como campo majoritariamente masculino são um empecilho para o aumento do número de mulheres atuantes nas



chamadas ciências “duras”. E, sendo a UTFPR uma Instituição que atuou nas últimas três décadas essencialmente para formar engenheiros, vemos presente uma distribuição de gênero desigual entre as áreas, predominando a presença masculina nas Engenharias, por exemplo. Este é um fato; outro fato a ser considerado é que elas estão lá, em menor número, mas em constante crescimento, devido especialmente à possibilidade de a cada ano mais mulheres cursarem engenharias e poderem ingressar posteriormente como professoras em instituições de ensino superior, possibilitando produção de conhecimento científico-tecnológico que, conseqüentemente, será revertido para a sociedade.

### *Bibliografia*

DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>> Acesso em: 25 jun. 2010.

LESZCZYNSKI, Sonia Ana. Acesso de moças e mulheres a educação técnica e vocacional: um caso brasileiro. Tecnologia e Humanismo, ed. especial, n. 17, Curitiba, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith P.; MONTENEGRO, Thereza. Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. Brasília: Fundação Carlos Chagas, 1990.

SILVA, Nanci Stanki. Gênero e trabalho feminino: estudo sobre as representações de alunos(as) dos cursos técnicos de Deseho Industrial e Mecânica do CEFET-PR. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. 2000.